



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA DE MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE



PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTAGIÁRIOS CONCILIADORES NO PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – Edital nº 001/2018 - ESMARN

PSICOLOGIA

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** > Língua Portuguesa; **11 a 20** > Legislação Específica de Conciliação e Mediação; **21 a 50** > Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o imediatamente ao Fiscal.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____



ESMARN > Estagiário Conciliador > Seleção 2018
O Homem é do tamanho do seu sonho.
Fernando Pessoa



As questões de 1 a 10 desta prova são baseadas no texto abaixo.

Verde é a cor da paz

Por Dr. Daniel Barros*

- 1º Eu estava no Ensino Médio, se bem me lembro, quando descobri o jogo *SimCity*. Era um *game* para computador que simulava a construção de uma cidade. Começávamos com uma verba para construir a usina de energia, abrir as primeiras ruas, estabelecer serviços, atraindo migrantes. Os impostos começavam a entrar, a cidade crescia e, com ela, surgiam oportunidades e problemas.
- 2º A criminalidade já era uma questão complicada, pois construir delegacias era caro, e não dava para colocá-las em todo canto. Até que, lendo sobre o jogo numa revista, descobri que a construção de parques reduzia a criminalidade. Espantado com a informação, passei a encher as cidades com áreas verdes (que, na época, apareciam cinza para mim, pois eu jogava num monitor de fósforo branco), e, de fato, a criminalidade ficou mais controlada.
- 3º Por muito tempo, a vegetação foi associada ao risco de violência, não a seu controle. Desde o Lobo Mau, que abordava Chapeuzinho Vermelho quando, desobediente, a menina se embrenhava na floresta, até os relatos dos maníacos que atacavam as mulheres nas cidades, levando-as para o matagal, nada parecia indicar que a vegetação pudesse ter um impacto positivo no crime. Até que alguns estudos começaram a sugerir que as áreas verdes, quando bem cuidadas, não servem, de fato, como esconderijo para malfeitos. Além do que estimulam a presença das pessoas nos espaços públicos – o que aumenta o controle social indireto, a vigilância dos concidadãos uns sobre os outros e assim por diante.
- 4º A prova definitiva veio no início dos anos 2000, por meio de uma pesquisa feita por dois professores da Universidade de Illinois, em um grande conjunto habitacional, nas cercanias de Chicago. O conjunto de prédios fora construído na década de 1940 e abrigava, mais de meio século depois, uma das populações mais pobres dos EUA. Dos quase 6 mil moradores, 97% eram negros, 93% estavam desempregados na ocasião da pesquisa, metade necessitando de auxílio financeiro do governo para criar os filhos.
- 5º Embora inicialmente todo o conjunto fosse cercado de árvores e gramado, com os anos, diversas áreas foram sendo pavimentadas de maneira desordenada, deixando espaços sem vegetação alguma, outros com um pouco de verde remanescente e outros com grande arborização. E, como os moradores haviam sido aleatoriamente distribuídos entre as unidades, criou-se ali um laboratório natural para o estudo da interação ambiente-comportamento. Analisando os dados de criminalidade reportados por área, os pesquisadores descobriram que os prédios sem vegetação no entorno eram os mais violentos. Comparados com eles, os que ainda tinham alguma área verde eram alvo de um índice 42% menor de crimes, tanto contra pessoas como contra o patrimônio. Os que mantiveram toda a arborização sofriam 52% menos crimes, sendo 48% contra a propriedade e impressionantes 56% relacionados a crimes violentos.
- 6º Além dos impactos urbanos, como maior participação das pessoas nos espaços públicos, os cientistas levantam como hipótese o impacto psicológico dos ambientes verdejantes. Existem muitas evidências de que o contato com a natureza, seja direto, seja por meio de um vaso em casa, alivia o estresse. A fadiga mental, bastante relacionada à violência por sua associação com irritabilidade e impulsividade, é sabidamente aliviada com esse contato.
- 7º Imagino que tenha relação com nossas origens silvestres, das quais nos afastamos ao nos cercarmos de tijolos. Será que parte de nosso estresse com a vida urbana não pode ser resultado desse afastamento? Talvez sim, talvez não. Mas, se você não tem uma janela voltada para árvores, cuide, pelo menos, de ter um vaso no canto da sala, ou mesmo um vasinho em cima da mesa. Vá saber o estresse que você não estará prevenindo?

*Daniel Barros é psiquiatra do Instituto de Psiquiatria do HC-FMUSP, doutor em Ciências e bacharel em Filosofia.

BARROS, Daniel. Verde é a cor da paz. **Galileu**. São Paulo, Editora Globo, Nº 321, Abril, 2018. [adaptado]

01. Prioritariamente, o texto intenta
- A) alertar sobre a relação entre o jogo *SimCity* e o comportamento humano delinquente.
 - B) defender a implantação de áreas de florestas nos grandes centros urbanos brasileiros.
 - C) apresentar dados de recente pesquisa realizada por professores da Universidade de Illinois.
 - D) avaliar o elo entre manutenção de áreas verdes bem cuidadas e redução da criminalidade.
02. Em articulação com o texto e o contexto, o título
- A) concorda com o senso comum.
 - B) corrobora um ditado popular.
 - C) diverge do senso comum.
 - D) distorce um ditado popular.
03. Em acordo com o texto, conclui-se:
- A) a ideia de que áreas verdes podem ajudar no controle da violência é recente.
 - B) o segmento populacional negro é o mais afetado pela violência no Brasil.
 - C) a sociedade deve incentivar a urbanização para que volte a ser menos violenta.
 - D) o cultivo de plantas em casa garante saúde aos seres humanos.
04. Para estabelecer a coerência do texto, o leitor deve
- A) estabelecer relações intertextuais, tão somente.
 - B) acionar conhecimentos enciclopédicos, tão somente.
 - C) estabelecer relações intertextuais e acionar conhecimentos linguísticos, prioritariamente.
 - D) acionar conhecimentos enciclopédicos e realizar inferências, prioritariamente.
05. A maioria dos verbos empregados no **primeiro parágrafo** está flexionada
- A) no pretérito perfeito do subjuntivo em dissonância com o propósito do trecho.
 - B) no pretérito imperfeito do indicativo em consonância com o propósito do trecho.
 - C) no presente do subjuntivo em consonância com o propósito do trecho.
 - D) no presente do indicativo em dissonância com o propósito do trecho.
06. No contexto do **quarto parágrafo**, o vocábulo “cercanias” é classificado, morfologicamente, como
- A) substantivo e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por “adjacências”.
 - B) substantivo e pode ser substituído, sem prejuízo da concordância, por “periferia”.
 - C) advérbio de lugar e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por “proximidades”.
 - D) advérbio de lugar e pode ser substituído, sem prejuízo da concordância, por “fronteira”.

Para responder às questões 07, 08 e 09, considere o parágrafo transcrito abaixo.

Imagino que tenha[1] relação com nossas origens silvestres, das quais nos afastamos ao nos cercarmos de tijolos. Será que parte de nosso estresse com a vida urbana não pode ser resultado desse afastamento? Talvez sim, talvez não. Mas, se você não tem uma janela voltada para árvores, cuide, pelo menos, de ter um vaso no canto da sala, ou mesmo um vasinho em cima da mesa. Vá saber o estresse **que**[2] você não estará prevenindo?

07. A sequência linguística [1] contribui para
- A) atenuar a gravidade do que se enuncia.
 - B) sinalizar a obrigatoriedade do que se enuncia.
 - C) sinalizar a incerteza diante do que se enuncia.
 - D) atenuar a preocupação diante do que se enuncia.
08. No contexto em que surge, o elemento linguístico [2] é utilizado para
- A) substituir um vocábulo e interligar duas orações.
 - B) substituir um vocábulo e interligar dois períodos.
 - C) antecipar um vocábulo e interligar duas orações.
 - D) antecipar um vocábulo e interligar dois períodos.
09. No parágrafo, há um total de
- A) nove artigos, sendo seis definidos e três indefinidos.
 - B) onze artigos, sendo oito definidos e três indefinidos.
 - C) seis artigos, todos definidos.
 - D) oito artigos, todos definidos.
10. São vocábulos acentuados em decorrência da mesma regra:
- A) violência, públicos, construído.
 - B) já, hipótese, década.
 - C) árvores, distribuídos, área.
 - D) prédio, início, auxílio.

Legislação Específica de Conciliação e Mediação

11 a 20

11. Segundo a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (“Centros”) para atender a juízos, juizados ou varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família, ou a juizados especiais cíveis e fazendários. Estes seriam unidades do Poder Judiciário preferencialmente responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores bem como pelo atendimento e pela orientação ao cidadão. Para atender ao preceituado pela resolução, os Centros
- A) contarão, obrigatoriamente, com um juiz coordenador e um juiz adjunto, responsáveis pela administração do Centro e pela supervisão do trabalho de conciliadores e mediadores.
 - B) poderão ter, regularmente, seus serviços estendidos a unidades ou órgãos situados em outros prédios, desde que próximos do Centro.
 - C) deverão ser instalados em locais onde exista mais de um juízo, juizado ou vara com pelo menos uma das competências necessárias para a mediação de conflitos.
 - D) terão magistrados designados dentre quaisquer dos juízes auxiliares integrantes do tribunal de justiça respectivo.
12. Segundo o artigo 7º da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais devem criar Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área. Dentre outras incumbências, o referido núcleo terá a atribuição de
- A) instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que distribuirão a realização das sessões de conciliação e mediação.
 - B) implementar a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida na resolução.
 - C) idealizar, planejar e promover a realização de cursos e seminários sobre mediação e conciliação e outros métodos consensuais de solução de conflitos.
 - D) planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesse e de suas metas.

13. A Lei 13.140/2015 trata da mediação como meio de solução de conflitos entre particulares. De acordo com o artigo 2º dessa lei, a mediação deverá ser guiada pelo princípio da
- A) busca da verdade.
 - B) transparência das informações.
 - C) hipossuficiência das partes.
 - D) imparcialidade do mediador.
14. A Lei 13.140/2015 determina que os Tribunais criarão e manterão cadastros dos mediadores habilitados a atuar em mediação judicial. Segundo os termos dessa lei, poderá atuar como mediador judicial
- A) pessoa capaz, com curso superior de Direito, graduada há, pelo menos, dois anos.
 - B) pessoa capaz, com curso superior, graduada há, pelo menos, três anos.
 - C) pessoa capaz, com curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, graduada há mais de dois anos, que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
 - D) pessoa capaz, com curso superior de Direito reconhecido pelo Ministério da Educação, graduada há mais de três anos, com capacitação em instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
15. As controvérsias jurídicas que envolvem a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação cujas condições de adesão serão definidas em resolução administrativa própria. Assim, uma resolução com essa finalidade
- A) implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação, no que tange inclusive aos pontos alheios ao objeto da resolução administrativa.
 - B) terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.
 - C) implicará a renúncia tácita à prescrição bem como a interrupção da discussão do objeto de eventual demanda.
 - D) fundamentar-se-á em autorização do advogado-geral da União, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais regionais.
16. A autocomposição e a necessidade de se implementar uma cultura de pacificação têm destaque logo no parágrafo 3º do artigo 3º do Código de Processo Civil (CPC), no qual afirma-se: "*A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial*". Nesse sentido, o CPC, distinguindo as funções de conciliador e mediador, estabelece:
- A) o conciliador deverá atuar preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litígio.
 - B) o mediador deverá atuar preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior, auxiliando os interessados a compreenderem as questões e os interesses em conflito.
 - C) o conciliador poderá atuar somente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes e poderá sugerir soluções para o litígio.
 - D) o mediador poderá atuar somente nos casos em que houver vínculo anterior, auxiliando os interessados a compreenderem as questões e os interesses em conflito.

17. A criação do cadastro de conciliadores e mediadores é um importante passo para a autocomposição de conflitos e impõe condutas a esses auxiliares da justiça. Nesse contexto, o art. 173 do Código de Processo Civil dispõe que será excluído do cadastro de conciliadores e mediadores aquele que
- A) estabelecer, com suas técnicas de negociação, um ambiente desfavorável à autocomposição das partes.
 - B) violar o dever de confidencialidade previsto no art. 166 do mesmo código.
 - C) desrespeitar a livre autonomia das partes, impondo regras procedimentais.
 - D) agir com dolo na condução da mediação e da conciliação sob sua responsabilidade, excluía a culpa.
18. Alçados à categoria de auxiliares da Justiça diante de sua função na autocomposição de conflitos, os conciliadores e mediadores desempenham um papel fundamental na interação com as partes envolvidas na querela e com estas devem manter uma relação de confiança. Nesse sentido, se pretenderem recorrer a esses auxiliares, as partes podem escolher o conciliador ou o mediador, de comum acordo,
- A) dentre aqueles cadastrados ou não no tribunal.
 - B) dentre aqueles cadastrados no tribunal.
 - C) dentre especialistas na área indicados pelo tribunal.
 - D) dentre auxiliares registrados na junta comercial para exercer essa função.
19. É facultado aos tribunais criar um quadro próprio de conciliadores e mediadores. Entretanto, caso tal quadro não seja criado, é possível que esses auxiliares da justiça realizem serviços de forma
- A) remunerada, conforme ajuste entre as partes e o conciliador ou mediador e o potencial econômico da demanda.
 - B) voluntária, nas hipóteses de procedimento cujo resultado econômico não é possível aferir para determinar a remuneração.
 - C) remunerada, conforme previsto em tabela fixada pelo tribunal e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - D) voluntária, para atender o percentual de processos em que é deferida gratuidade de justiça, como contrapartida pelo seu cadastro perante o tribunal.
20. A conciliação e a mediação têm a confidencialidade como um de um de seus princípios informadores. Segundo o Código de Processo Civil, esse princípio
- A) exclui as informações utilizadas para fins diversos daqueles previstos por expressa deliberação das partes.
 - B) estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento.
 - C) estende-se àquelas informações classificadas como confidenciais no procedimento.
 - D) admite a possibilidade de depoimento acerca de fatos oriundos do procedimento por parte do conciliador e mediador.

21. Segundo Leila Maria Torraca de Brito, a denominada psicologia jurídica vem, na atualidade, gerando discussões em torno das distintas demandas que lhe são direcionadas. Sobre a psicologia jurídica, analise as afirmações abaixo.

I	É área surgida a partir da promulgação da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84), quando o psicólogo passou a ser reconhecido legalmente no campo jurídico.
II	É área de trabalho que envolve teorização, pesquisa e prestação de serviços no âmbito das instituições, dos assuntos e problemas jurídicos.
III	É toda aplicação da psicopatologia às questões relacionadas ao saber do direito.
IV	É área de trabalho e investigação psicológica especializada cujo objeto é o estudo do comportamento dos atores jurídicos no âmbito do direito, da lei e da justiça.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
B) III e IV.
C) I e II.
D) II e IV.
22. A atuação de psicólogos no judiciário brasileiro é atividade de grande relevância. No Brasil, os primeiros trabalhos
- A) foram muito influenciados pelo ideário marxista, importante na época, como contraponto às ideias higienistas.
B) eram realizados por psicólogos concursados, servidores do Judiciário, indicados como peritos pelos magistrados.
C) referiam-se a diagnósticos no campo da psicopatologia, visando à fundamentação das decisões dos magistrados.
D) significaram um contraponto ao caminho anteriormente trilhado pelos médicos na elaboração de perícias.
23. Mira y López se dedicam ao estudo da psicologia jurídica e evidenciam uma estreita relação desta com o direito penal. Nesse contexto, a primeira grande articulação entre psicologia e direito se dá com
- A) a lei sobre alienação parental, que prevê a participação do psicólogo em mediação de conflitos de casais divorciados.
B) os estudos da psicanálise sobre conflitos familiares, divórcio e guarda dos filhos.
C) a avaliação da fidedignidade de testemunhos, que tinha como objetivo verificar a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico.
D) o surgimento de uma nova concepção de família e de estudos sobre relações parentais.
24. No campo da criminologia, as ideias acerca do "criminoso nato" influenciaram a chamada psicologia criminal. Nesse contexto, com a criminologia, a psicologia criminal
- A) abandona uma prática do profissional que estava voltada quase exclusivamente para a atividade pericial.
B) funda-se em Lombroso, Ferri e Garofalo, que a concebem como práticas psicológicas voltadas para o estudo dos aspectos psicológicos do criminoso.
C) passa a negar os aspectos psicológicos e psiquiátricos do criminoso e de seu crime, apontados pela atividade pericial.
D) passa a ocupar uma posição de maior destaque como uma ciência que viria contribuir para a compreensão da conduta e da personalidade do criminoso.

25. Nos últimos anos, houve uma expansão da atuação dos psicólogos na área jurídica. Nesse contexto, a história da atuação de psicólogos brasileiros na área da psicologia jurídica
- A) deu-se de forma gradual e lenta, muitas vezes de maneira informal, por meio de trabalhos voluntários.
- B) inicia-se enfocando estudos psicanalíticos, acerca de guarda e adoção de crianças e adolescentes.
- C) tem início no reconhecimento da profissão e na abertura democrática, na década de 1980.
- D) inicia-se com a implantação da mediação e da conciliação de conflitos nas varas de família.
26. O campo da psicologia jurídica passou por diversas transformações até chegar ao estágio atual. Sobre esse percurso, analise as afirmações abaixo.

I	Com as mudanças em curso, no tocante à abordagem dos transtornos mentais, os psicólogos, progressivamente, passaram a colaborar com os psiquiatras nos exames psicológicos legais e em sistemas de justiça juvenil.
II	A partir dos anos 60, o psicólogo jurídico ampliou o seu campo de ação junto ao sistema judiciário, assumindo as tarefas de informar, apoiar, acompanhar e dar orientação pertinente a cada caso atendido nos diversos âmbitos do sistema judiciário.
III	A valorização de um enfoque mais compreensivo e dinâmico, legado da psicanálise, muda a face do processo avaliativo no campo jurídico.
IV	As inovações do Estatuto da Criança e do Adolescente, por força de lei, impulsionaram mudanças na prática profissional do psicólogo no âmbito da Justiça, na Vara da Infância e Juventude, exercendo também forte influência na Vara de Família e junto ao sistema penal.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e IV. B) I e II. C) III e IV. D) I e III.
27. Os estudos sobre a formação acadêmica do profissional que atua na área de psicologia jurídica são de grande importância. No Brasil, esses estudos apontam que
- A) todos os cursos de psicologia oferecem, atualmente, a disciplina de psicologia jurídica com uma extensa carga horária.
- B) a maioria dos profissionais possui apenas graduação e aqueles que buscaram a pós-graduação investiram na área clínica.
- C) poucos cursos de direito, mesmo aqueles com uma carga horária extensa, oferecem a disciplina de psicologia jurídica.
- D) a maioria dos profissionais que atua em psicologia jurídica possui cursos de pós-graduação específicos na área.
28. No contexto brasileiro, o conceito de família passou por um processo de transformação nos últimos anos. A esse respeito, analise as afirmações abaixo.

I	À medida que a família deixou de ser concebida como base do Estado para ser espaço de realizações existenciais, manifestou-se uma tendência no indivíduo moderno de privatizar suas relações amorosas e afetivas e de rejeitar que sua esfera de intimidade esteja sob a tutela do Estado, da sociedade e, portanto, do direito.
II	A família baseada apenas em demandas sociais, econômicas, políticas e religiosas cede espaço a um sistema mais afetivo, em que se inserem as necessidades individuais e a realização pessoal, e a dissolução da conjugalidade passa a ser uma realidade frequente.
III	A família patriarcal, que a legislação civil brasileira tomou como modelo, desde a Colônia, passando pelo Império e por boa parte do período republicano, entrou em crise e sofreu fraturas, no plano jurídico, pelos valores introduzidos no Código Civil de 1916.
IV	O conceito de família vivida critica o uso estereotipado do conceito de família burguesa e refere-se a pessoas que possuem o vínculo da consanguinidade para se relacionar.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II. B) II e III. C) I e IV. D) III e IV.

29. A evolução pela qual passou o conceito de família, nas últimas décadas, também acabou forçando sucessivas alterações legislativas. Nesse sentido, são exemplos dessas alterações o que dispõe
- A) o Código Civil 1916, que começou a prever a dissolução do casamento e, no caso dos filhos, prevê o processo de guarda compartilhada como prioridade.
 - B) a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, que inova o conceito de família, pois contempla as relações homoafetivas, inclusive, nas situações de violência doméstica.
 - C) a Constituição Federal de 1988, que consagrou o princípio da igualdade, assegurando ao homem e à mulher os mesmos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.
 - D) a Lei do Divórcio 1977, que começa a atenuar a diferença entre os direitos de homens e mulheres e a priorizar o direito da mulher à guarda dos filhos.
30. Segundo Lago e Bandeira, a crescente demanda por profissionais do Direito para fazer avaliações psicológicas no âmbito da disputa de guarda exige que os psicólogos mantenham-se atualizados e busquem os melhores procedimentos para realizar uma investigação de qualidade. Nesse contexto, sobre o processo de guarda, é correto afirmar:
- A) psicanalistas defendem a ideia de que o melhor guardião é o genitor biológico, ou seja, aquele que, além de revelar-se uma companhia constante para a criança, também é capaz de lhe oferecer um ambiente estável.
 - B) deve-se preservar o melhor interesse da criança, a não privação da companhia e do convívio com ambos os pais, a continuidade das relações da criança com seus dois pais na família dissociada, assegurando vínculos estáveis.
 - C) é consenso, no campo da psicologia jurídica, que, na ocorrência de litígio entre o casal, a guarda compartilhada pode ser prejudicial, pois altera a rotina da criança e há exposição a conflitos no exercício da guarda.
 - D) o modelo da guarda compartilhada permite o desenvolvimento de autonomia da criança ou do adolescente, tendo em vista que, ao ter acesso a dois lares, o filho pode-se transitar livremente e a qualquer tempo entre os núcleos materno e paterno.
31. A definição da guarda é considerada como um momento importante para todo o sistema familiar quando a separação envolve filhos menores. Sobre as modalidades de guarda, a legislação brasileira prevê
- A) a alternada, que é uma modalidade de guarda unilateral em que a um dos cônjuges é reservado o direito de exercer a guarda, e ao outro, o de visitação.
 - B) a compartilhada, que é exercida em conjunto pelos pais separados, de modo a assegurar aos filhos a convivência e o acesso livre a ambos.
 - C) a nidação unilateral ou o aninhamento, que consiste em atribuir a um dos genitores, ou a alguém que o substitua o encargo físico sobre a criança, com visitas pré-fixadas do genitor não-guardião.
 - D) a monoparental, exclusiva ou única, que é uma modalidade pouco utilizada, em que a criança fica em uma residência fixa, enquanto os pais fazem um tipo de “revezamento”, seguindo sempre um esquema periódico.
32. Atualmente, o fenômeno da alienação parental se faz presente em muitos casos de divórcios e separações litigiosas, de forma que seus efeitos estão sendo frequentemente discutidos nos âmbitos da psicologia e do direito. Nesse sentido, a alienação parental
- A) pode ser conceituada como uma interferência negativa, por parte de um dos pais ou responsável pela criança, na formação psíquica da prole, visando prejudicar o relacionamento com o outro genitor.
 - B) foi definida pelo psiquiatra norte-americano Erik Erikson, na década de 80, como um distúrbio infantil que acometeria, especialmente, menores de idade envolvidos em situações de disputa de guarda entre os pais.
 - C) pressupõe que a criança nunca está completamente vulnerável, especialmente considerando-se a fase do desenvolvimento psicossocial e moral que vivencia, a adolescência, que já dá condições de discernimento.
 - D) parte do princípio de que as falsas memórias e as denúncias de abuso sexual não podem ser confundidas com a síndrome da alienação parental, que diz respeito aos sentimentos de raiva e revolta contra um dos progenitores.

33. A Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010, exemplifica atos de alienação parental além daqueles assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia. Tendo isso em mente, considere os atos abaixo relacionados.

I	Praticar violência e abuso sexual contra a criança e/ou adolescente.
II	Dificultar o exercício da autoridade parental.
III	Exercitar o direito regulamentado de convivência familiar.
IV	Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade

São formas de alienação parental as constantes nos itens

- A) I e II. B) II e IV. C) III e IV. D) I e III.**
34. O psicólogo pode realizar ações diversas em varas de família, o que indica a importância da inserção desse profissional nesse contexto específico. São consideradas atribuições do psicólogo nesse campo:
- A) utilizar instrumentais de trabalho da psicologia junto ao sistema de Justiça, que deverão ser escolhidos resguardando-se os mesmos princípios técnicos e éticos que orientam o fazer do sistema de justiça.**
- B) realizar perícias, restringindo-se à avaliação da responsabilidade penal de adultos, como nos casos de abuso sexual e alienação parental.**
- C) realizar orientação, aconselhamento, encaminhamento, práticas alternativas de resolução pacífica de conflitos, mediação bem como participação ativa na articulação de políticas públicas de atendimento em rede.**
- D) acompanhar adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva ou socioeducativa.**
35. A mediação familiar é uma alternativa à justiça estatal para a dissolução do vínculo conjugal e a resolução dos conflitos decorrentes desse rompimento. Sobre a mediação, analise as afirmativas abaixo.

I	A mediação pode ser entendida como um método de solução de conflitos no qual as partes envolvidas recebem a intervenção de um terceiro, o mediador, que contribui, por meio da reabertura do diálogo, para se chegar a possibilidades inventivas visando a solução da disputa de modo que ambas as partes fiquem satisfeitas.
II	A mediação é um método de solução de disputas flexível e não vinculador, pelo qual um terceiro conhecido de ambas as partes direciona o diálogo entre elas para ajudá-las a chegar a um acordo.
III	A mediação de conflitos é o método de solução de controvérsias que trabalha na perspectiva de que o conflito ou a crise possui um potencial transformativo.
IV	O mediador, semelhante ao árbitro, é um ator que utiliza sua formação para interferir diretamente, ajudando as partes em litígio, ou as pessoas que se encontram em situação de disputa, a encontrarem as saídas e alternativas que mais lhes convêm.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III. B) III e IV. C) I e II. D) II e IV.**
36. O artigo 9º do Código de Ética do Psicólogo (Resolução nº 010/2005 do Conselho Federal de Psicologia) afirma que deve ser respeitado o sigilo profissional para que seja protegida a intimidade das pessoas, dos grupos ou das organizações alvos do exercício profissional. Nesse contexto, considerando o atendimento à criança e ao adolescente, analise as afirmativas abaixo.

I	O psicólogo comunicará às autoridades competentes apenas o que for autorizado pela criança ou pelo adolescente.
II	O psicólogo respeitará o direito da criança e do adolescente, preservando a confidencialidade sobre os casos atendidos.
III	O psicólogo deverá comunicar aos responsáveis apenas o essencial para que se promovam medidas em benefício da criança e do adolescente.
IV	O psicólogo deverá comunicar apenas resultados de avaliações psicológicas solicitadas por outros profissionais.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e IV. B) I e II. C) II e III. D) III e IV.**

37. A Lei nº 11.698/2008 institui e disciplina a guarda compartilhada, que consiste na responsabilização conjunta e no exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. Sobre a guarda compartilhada, analise as afirmativas abaixo.

I	Pode ser requerida por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar.
II	Será aplicada, sempre que possível, quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho.
III	Será definida exclusivamente pelo juiz, sem qualquer participação ou interferência técnico-profissional na delimitação das atribuições parentais.
IV	Pode ser alterada para unilateral caso haja descumprimento imotivado de cláusula de guarda.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II. B) II e III. C) I e IV. D) III e IV.**
38. A alienação parental é tema que figura cada vez mais nas varas de família, em processos de separação e divórcio. Segundo a Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre o tema, considera-se alienação parental:
- A) o processo por meio do qual um adulto passa a não desejar a convivência com seus filhos, abrindo mão de sua guarda.**
 - B) o processo por meio do qual a criança ou o adolescente passa a repudiar o genitor, não desejando a manutenção de vínculos com este.**
 - C) o processo por meio do qual o genitor abre mão da guarda de um dos filhos, sendo este o alvo da alienação parental.**
 - D) o processo por meio do qual a criança ou o adolescente passa a repudiar seus avós, não desejando a manutenção de vínculos com estes.**
39. Após cinco anos de convivência, um casal entrou com processo de divórcio na vara de família, no qual a guarda do único filho do casal, um menino de três anos, ficou com a mãe. O direito de visita e convivência ficou resguardado ao pai, três vezes por semana, ao buscar a criança na creche, e, nos finais de semana, a cada 15 dias. Seis meses após o divórcio, o genitor entrou com processo de denúncia por alienação parental praticada pela mãe, pelo fato de ela realizar os seguintes atos: descumprir o acordo de visita e convivência da criança com o pai e ter mudado de endereço sem a devida comunicação ao genitor, impedindo o acesso deste ao seu filho.
- Em relação ao caso exposto, o juiz poderá, imediatamente,
- A) transferir a guarda da criança para o Estado, provisoriamente, até que a situação seja investigada.**
 - B) inverter a guarda da criança, transferindo-a para o pai.**
 - C) determinar perícia psicológica ou biopsicossocial para investigação da denúncia.**
 - D) nomear um tutor para a criança, que acompanhará as visitas do genitor, garantindo seu direito à convivência com seu filho.**
40. De acordo com a Lei 11.340 de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, determinados procedimentos deverão ser adotados pela autoridade policial, de imediato, sem prejuízo dos previstos no Código de Processo Penal. Um desses procedimentos consiste em
- A) remeter, no prazo de 30 (trinta) dias, expediente apartado ao juiz com pedido da ofendida, para a concessão de guarda exclusiva dos filhos que a vítima porventura tiver com o agressor.**
 - B) remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da autoridade policial, para a concessão de prisão preventiva do agressor por 15 dias.**
 - C) remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.**
 - D) remeter, imediatamente, expediente apartado ao juiz com pedido da ofendida, para início de processo formal de separação ou divórcio.**

41. A Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento. Sobre o que dispõe essa lei, analise as afirmativas abaixo.

I	Nas certidões de nascimento, haverá indicação de que a concepção ocorreu numa relação extraconjugal.
II	Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.
III	O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento.
IV	Só serão fixados os alimentos provisionais ou definitivos do reconhecido que deles necessite, após o trânsito em julgado do processo de reconhecimento de paternidade.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III. B) I e II. C) I e IV. D) III e IV.**

42. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em sua subseção II, define e estipula as características e circunstâncias para o estabelecimento do instituto da guarda. Considerando o que dispõe essa lei,

- A) o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais quando aplicada em preparação para adoção.**
B) a guarda pode ser revogada apenas depois de decorrido o prazo estabelecido inicialmente pela autoridade jurídica competente, com processo transitado e julgado.
C) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
D) o deferimento da guarda não confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para os fins e efeitos de direito, especialmente previdenciários.

43. O capítulo III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata do direito à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes. Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo.

I	Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 12 (doze) meses, devendo a autoridade judiciária competente decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.
II	A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 4 (quatro) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
III	A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que a criança ou o adolescente será incluído em serviços e programas de proteção, apoio e promoção dos seus direitos.
IV	Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou com o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável, ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.**
B) I e IV.
C) II e III.
D) III e IV.

- 44.** O Estatuto da Criança e do Adolescente aborda o direito à convivência, o poder e os direitos e as qualificações familiares. Com base no disposto nesse Estatuto,
- A)** a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
 - B)** os filhos reconhecidos por relação extraconjugal ou adoção só terão direitos reconhecidos caso ambos os pais assim o manifestem em juízo.
 - C)** o poder familiar será exercido sempre preferencialmente pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurada a ela o direito de, em caso de discordância de ações em relação à conduta do genitor, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
 - D)** será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- 45.** O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil define diretrizes para políticas, programas e serviços de enfrentamento à violência sexual e está organizado em seis eixos principais. Dentre esses eixos, estão
- A)** a intervenção e a reabilitação.
 - B)** a defesa e a responsabilização.
 - C)** a denúncia e a investigação.
 - D)** a punição e o controle.
- 46.** A exploração sexual de crianças e adolescentes se caracteriza pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou redes, a partir do uso (abuso) do corpo de crianças ou de adolescentes, com base em relação mercantilizada e de poder. Sobre as formas dessa exploração, é correto afirmar:
- A)** exploração da prostituição infantil é definida como a atividade na qual atos sexuais são negociados em troca de pagamento monetário. Quando há relação de negociação de atos sexuais por bens ou serviços (restaurantes, bares, hotéis, shoppings, diversão), ou ainda satisfação de necessidades básicas (alimentação, vestuário, abrigo) trata-se de violência e manipulação psicológica.
 - B)** turismo sexual caracteriza-se pelo comércio sexual em regiões turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros e, principalmente, meninas de setores pobres e excluídos. O principal serviço comercializado no turismo sexual é a prostituição, incluindo, nesse comércio, a pornografia (shows eróticos) e o turismo sexual transnacional, que abocorta situações de tráfico de pessoas para fins sexuais.
 - C)** a violência sexual é assim caracterizada quando envolve um ato sexual completo perpetrado por um adulto contra uma criança ou um adolescente sem o consentimento ou consciência destes. Esse tipo de ocorrência provoca consequências físicas, psicológicas e sociais para o desenvolvimento da criança e do adolescente.
 - D)** a pornografia infantil está assim caracterizada apenas quando trata de produção, exibição, divulgação, distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes em prática e/ou simulação de atos sexuais. Caso o material não seja divulgado nem comercializado, o produtor incorre em crime de aliciamento de menores.

- 47.** O atendimento psicossocial é um instrumento fundamental para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes que tem como referência básica os princípios de prioridade absoluta, pelo fato de seus beneficiários serem sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Esse instrumento é entendido como
- A)** o conjunto de atividades de apoio, especializadas, de cunho terapêutico, desenvolvidas em equipe, voltadas para a reconstituição dos vínculos familiares, realizadas em grandes grupos compostos pelas vítimas de abuso e exploração sexual e seus familiares.
 - B)** o conjunto de atividades e ações psicossociais, de apoio e especializadas desenvolvidas individualmente, de cunho psicoterapêutico, com níveis de verticalização e planejamento de acordo com o plano de atendimento desenvolvido pelo profissional responsável.
 - C)** conjunto de ações que caracterizam o acompanhamento psicológico (quando realizado pelo psicólogo), de caráter psicoterapêutico, realizado individualmente, por tempo indeterminado, de forma a prevenir os riscos e as vulnerabilidades decorrentes da situação de abuso e exploração sexual.
 - D)** o conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de caráter disciplinar e interdisciplinar, de cunho terapêutico, com níveis de verticalização e planejamento de acordo com o plano de atendimento desenvolvido pela equipe.
- 48.** O Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais estabelece princípios fundamentais que regem a atuação desses profissionais. Dentre esses princípios, estão
- A)** a dependência e a avaliação.
 - B)** a competência e o julgamento.
 - C)** a neutralidade e a vinculação.
 - D)** a imparcialidade e a confidencialidade.
- 49.** A Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017, em seu título III, trata da escuta especializada e do depoimento especial. Com base nessa lei, o depoimento especial
- A)** é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
 - B)** é o procedimento por meio do qual a criança ou o adolescente poderá ser confrontado, mesmo que apenas visualmente, com o suposto autor ou acusado, de forma a auxiliar na produção do processo de prova.
 - C)** reger-se-á por protocolos e deverá ser realizado tantas vezes quantas forem necessárias ao esclarecimento do fato, garantida a ampla defesa do investigado.
 - D)** será colhido a partir da informação dada pelo profissionais à criança ou ao adolescente sobre o depoimento, partindo da leitura da denúncia para, em seguida, informar-lhes sobre os seus direitos e os procedimentos a serem adotados.
- 50.** As regras que regem o processo de mediação/conciliação são normas de conduta a serem observadas pelos conciliadores/mediadores para o bom desenvolvimento de suas atribuições. Nesse contexto, dentre as regras previstas na Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, estão:
- A)** informação; autonomia da vontade; ausência de obrigação de resultado; desvinculação da profissão de origem e compreensão quanto à conciliação e à mediação.
 - B)** informação; cooperação; redes; ausência de obrigação de resultado e compreensão quanto à conciliação e à mediação.
 - C)** autonomia da vontade; cooperação; resolução de conflitos; desvinculação da profissão de origem e vínculo.
 - D)** autonomia da vontade; redes; cooperação; resolução de conflitos e vínculo.